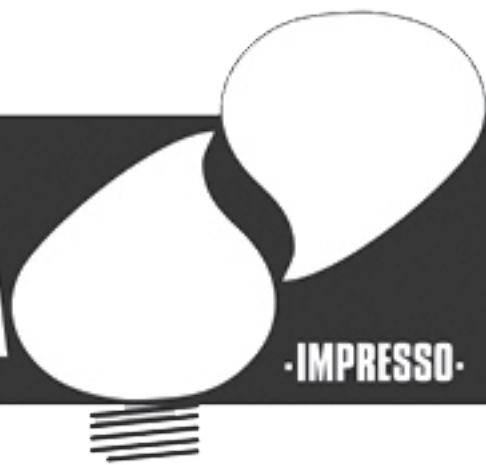




INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1398 - 22 de março de 2018



·IMPRESSO·



Construindo uma representação

COLETIVA

Nosso voto tem que eleger um conselheiro compromissado com os trabalhadores e com a Celesc Pública

A campanha para Representante dos Empregados no Conselho de Administração chega ao fim nesta sexta-feira, dia 26. No início da próxima semana os celesquianos elegerão o seu representante na mais alta instância de decisões da empresa.

O Conselho de Administração hoje é fundamental no debate da manutenção da concessão da empresa e da Celesc como empresa pública. É dentro do Conselho que os rumos da Celesc são definidos, rumos que impactam diretamente a vida dos trabalhadores e o bom atendimento à sociedade catarinense. Desde o início da década de 90 foi através das informações do conselheiro eleito que os sindicatos conseguiram mobilizar os trabalhadores na defesa de seus direitos. E essa é a principal característica que um representante do coletivo deve ter: capacidade de mobilizar os trabalhadores.

Há aproximadamente um mês, início do período de campanha, a Intercel deixou claro o objetivo comum nesta eleição: eleger um candidato compromissado com a luta dos trabalhadores. Sem se esconder, os sindicatos da Intercel declararam desde o primeiro momento apoio à candidatura de Leandro Nunes, percorrendo junto à ele as agências e escritórios da empresa para apresentar as propostas de ação conjunta para uma representação coletiva. Durante a campanha deixamos claro que a lógica de uma representação forte se constrói com a participação efetiva de todos. Trilhamos juntos o caminho da luta. Remamos todos para um objetivo comum. O Conselheiro que nos representa tem que ter capacidade e experiência em debates coletivos dentro de órgãos colegiados. Assim, consegue identificar as ameaças que nos rondam. Tendo histórico de luta, tem respeito e confiança dos trabalhadores que reconhecem nele um dos seus. As informações são repassadas a sindicatos combativos, aqueles que por terem uma atuação firme na defesa da empresa pública e dos direitos dos trabalhadores

em geral, conseguem mobilizar os trabalhadores em greves, paralisações e atos unificados.

O mais importante é perceber que cada um depende do outro. De nada adianta um conselheiro dito independente, se este nunca participou das lutas dos trabalhadores. Ele não terá o respeito e respaldo da categoria na hora em que as ameaças apertarem. De nada adiantam sindicatos que não conseguem mobilizar os trabalhadores ou que, pior, nada pro-

põem na defesa da categoria. Quando as representações ficam com olhares individualizados, os trabalhadores não respondem. E é desta forma que as conquistas coletivas, aquelas que levaram uma vida para serem construídas, são destruídas em um piscar de olhos.

Nesta eleição, mais do que avaliar o trabalho que vem sendo (muito bem) feito pelo companheiro Leandro Nunes e pelos sindicatos da Intercel, está em jogo o futuro da Celesc Pública. O jogo democrático está aberto e é a decisão dos trabalhadores que determinará a representação que queremos para defender nossos direitos dentro do Conselho de Administração.

O projeto que a Intercel defende é o projeto coletivo. Sem individualismos, sem promessa de campeões do mundo ou salvadores da pátria. O que os sindicatos apoiam e que se materializa na candidatura do companheiro Leandro é a oportu-

nidade de trazer para dentro do conselho a voz dos mais de 3 mil trabalhadores, voz que dá força diante do um cenário cada vez mais complicado, com privatizações e concessão no horizonte.

Nos dias 26 e 27 de março, próxima segunda e terça-feira, os trabalhadores decidirão o futuro da nossa luta. Votem Leandro Nunes. Votem pela construção coletiva e pela continuidade do trabalho conjunto que nos possibilita dizer sem medo: **CELESC PÚBLICA, BOM PARA TODO MUNDO!**

"O projeto que a Intercel defende é o projeto coletivo. Sem individualismos, sem promessa de campeões do mundo ou salvadores da pátria. O que os sindicatos apoiam e que se materializa na candidatura do companheiro Leandro é a oportunidade de trazer para dentro do Conselho a voz dos mais de 3 mil trabalhadores"

MANIFESTO

Por um setor elétrico público, eficiente e para todos

DATA-BASE

Assembleias suspendem paralisação na Eletrobras

FAMA 2018

Fórum Alternativo Mundial da Água contra privatizações



MANIFESTO DOS TRABALHADORES ELETRICITÁRIOS

Por um setor elétrico público, eficiente e para todos

A luta contra a privatização da Eletrobras é a luta pela reconstrução de todo o setor elétrico nacional, fortalecendo as empresas públicas e priorizando o atendimento à sociedade em detrimento do lucro a qualquer custo.

Além das campanhas que estão sendo realizadas, com divulgação de cartazes, outdoors e realização de atos em todas as empresas do Grupo Eletrobras, o Coletivo Nacional dos Eletricistas também produziu um manifesto dos trabalhadores eletricitários, em defesa de um setor elétrico

público, eficiente e para todos. O manifesto, que conta a história setor e as políticas implementadas ao longo das últimas décadas foi publicado no site do Instituto Ilumina (ilumina.org.br), onde pode ser lido na íntegra.

Destacamos aqui no Linha Viva a última parte do manifesto dos eletricitários, com propostas para um modelo democrático e sustentável para o setor elétrico Brasileiro, fortalecendo o nosso entendimento de que energia é um bem público.

ENERGIA NÃO É MERCADORIA!

Propostas para um modelo democrático e sustentável para o setor elétrico brasileiro

1. Energia como um serviço Público: A energia elétrica é bem essencial para a qualidade de vida do povo e para o desenvolvimento da nação, por isso não pode ser vista como mera mercadoria submetida à especulação;

2. Sistema Cooperativo ao invés de competitivo: O sistema elétrico interligado brasileiro possui base hidráulica, que por características intrínsecas, funciona muito melhor de forma cooperativa, aproveitando complementariedades e sinergias, do que com hidrelétricas competindo umas com as outras pelo mesmo recurso natural, ou seja, a água. Deve-se também desenvolver o potencial nuclear brasileiro, como complemento termoelétrico firme, seguro e não emissor de gases de efeito estufa;

3. Valorização das energias renováveis: O Brasil possui potencial hidrelétrico suficiente para mais do que dobrar sua capacidade instalada. Além disso, possui grande potencial eólico, em biomassa e solar. Entretanto, nos últimos anos tem crescido acentuadamente a participação da geração termoelétrica a combustíveis fósseis em nossa matriz, tomando-a mais suja e cara. É preciso, respeitando o meio ambiente e as populações afetadas, aproveitar nosso potencial hidrelétrico remanescente, pois a hidroeletricidade é energia limpa, renovável, barata e firme;

4. Benefício da amortização compartilhado entre a modicidade tarifária e o financiamento da expansão: Os empreendimentos do setor elétrico, principalmente em geração hidrelétrica e transmissão, são intensivos em capital, e após seu período legal de concessão, estão completamente amortizados. É preciso aproveitar essa característica para beneficiar o consumidor com uma energia mais barata. Mas não se pode deixar as empresas sem capacidade para realizar novos investimentos. Por isso, é necessária a criação de um fundo a ser gerido pelas próprias empresas e vinculado à expansão do sistema;

5. Fortalecimento das empresas estatais, com foco na sustentabilidade e ação voltada aos projetos estruturantes: Nenhum grande país do mundo prescinde da presença expressiva de empresas estatais no setor elétrico, pois somente por meio dessas empresas que o estado pode regular de fato o setor e realizar aqueles investimentos de maior risco, como grandes usinas hidrelétricas, ou em regiões de pouca atratividade econômica, como na Amazônia, por exemplo;

6. Remuneração pelo custo e pela disponibilidade da usina: O modelo mercantil não conseguiu mostrar sua eficiência na formação dos preços e o que se vê é um mercado cada vez mais desequilibrado. Por isso, a melhor alternativa é a remuneração da geração pelo custo, como já é feito com as distribuidoras e levando-se em conta a disponibilidade de cada usina, o que incentiva a eficiência operacional;

7. Adoção do modelo de comprador único (Single Buyer): Após mais de 20 anos da introdução da lógica mercantil no Setor Elétrico Brasileiro está mais do que claro que ela não conseguiu cumprir sua promessa de redução de preços. Pelo contrário, o que se vê são distorções e um mercado especulativo que sempre penaliza o consumidor. Por isso, é necessária a criação de um ente estatal que compre a energia dos produtores pelo preço de custo e a venda diretamente às distribuidoras de energia;

8. Criação de um fundo nacional de equalização para beneficiar as empresas de distribuições de regiões sem viabilidade econômica: Na maioria dos estados da Amazônia, o serviço de distribuição de energia elétrica simplesmente não é viável economicamente. A não ser com a prática de tarifas exorbitantes ou com péssima qualidade de fornecimento para comunidades carentes e isoladas. Por isso é urgente a criação de um fundo que redistribua parte dos lucros das empresas de distribuição situadas nas regiões mais desenvolvidas para aquelas que atuam na Amazônia brasileira, fundo esse a ser administrado pela Eletrobras;

9. Política de conteúdo nacional para a cadeia de GT&D: Um país continental como o Brasil não pode desperdiçar a oportunidade de desenvolver uma poderosa cadeia industrial de produção de equipamentos de Geração, Transmissão e Distribuição (GT&D), utilizando para isso seu enorme mercado consumidor. Por isso deve haver uma política de incentivos à aquisição de equipamentos de fabricação nacional para o setor elétrico como um todo.

10. Reversão de todas as privatizações, alterações no marco regulatório e nos estatutos sociais das empresas do grupo Eletrobras realizadas durante a vigência do atual governo: Por não ter sido eleito pelo povo e por não ter apresentado ao escrutínio das urnas esse programa de governo privatista, o atual governo não possui legitimidade para promover essa verdadeira dilapidação do patrimônio público. Portanto, é necessária a anulação de todos os atos lesivos derivados do governo Temer, inclusive as privatizações, normas regulamentares do setor elétrico e alterações estatutárias das empresas do grupo Eletrobras que as submetem aos interesses mercadológicos de curto prazo em detrimento de seu papel como executoras de políticas públicas e de agentes do desenvolvimento nacional.

FAMA DEBATE DEMOCRATIZAÇÃO DA ÁGUA

Fórum Alternativo Mundial da Água luta contra privatizações

O Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA) 2018, que acontece entre os dias 17 e 22 de março de 2018, em Brasília – DF, se contrapõe ao autodenominado “Fórum Mundial da Água” que é um encontro promovido pelos grandes grupos econômicos que defendem a privatização das fontes naturais e dos serviços públicos de água.

Para os organizadores do “Fórum Alternativo – FAMA2018”, as políticas públicas de água devem ser debatidas democraticamente com as populações e, em particular, com as comunidades afetadas. No FAMA 2018 estão sendo debatidos os temas centrais de defesa pública e controle social das fontes de água, o acesso democrático à água, a luta contra as privatizações dos mananciais, as barragens e em defesa dos povos atingidos, serviços públicos de água e saneamento e as políticas públicas necessárias para o controle social do uso

da água e preservação ambiental, que garanta o ciclo natural da água em todo o planeta.

Para os representantes da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), que participa do FAMA junto com diversas entidades sindicais, é necessária a união de todos os movimentos – sociais, populares, sindicais e academia para fazer a luta contra a privatização do saneamento. “Estamos vivendo as investidas das grandes corporações e dos bancos associadas a elas, que querem a qualquer custo a mercantilização da água. Isso, inclusive, pode ser verificado com o projeto de lei proposto pelo senador Tasso Jereissati (PSDB), que já tramita no Senado e que cria o mercado da água no Brasil. Por isso, estamos aqui, fazendo o enfrentamento ao outro Fórum – o Fórum das Corporações da Água”, ressaltam os representantes dos Urbanitários.

EM DEFESA DA ELETROBRAS PÚBLICA

Reunidos no FAMA, trabalhadores da Eletrobras, movimentos populares e sindicalistas se uniram nesta quarta-feira, 21, na sede da Eletrobras, em Brasília, na luta contra a privatização da maior estatal elétrica da América Latina, na defesa da segurança energética, da soberania nacional e das águas.



ELETROBRAS


ASSEMBLEIAS SUSPENDEM PARALISAÇÃO

Pressão dos trabalhadores força a prorrogação da data-base

Trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras reunidos em assembleias por todo o Brasil decidiram suspender a paralisação de 72 horas que estava prevista para ocorrer de 20 a 22 de março. A paralisação havia sido aprovada em assembleias no último dia 16, e o motivo era a negativa da Eletrobras em estabelecer uma negociação efetiva para o ACT 2018 cuja pauta foi entregue pelos eletricitários ainda em fevereiro. Apesar da primeira rodada de negociações ter ocorrido no dia 15, não houve avanços na reunião, exceto pela sinalização da Eletrobras com a possibilidade de prorrogação do ACT vigente. A proposta de prorrogação do ACT por 30 dias só foi oficializada pela Eletrobras em correspondência enviada na segunda feira, dia 19 quando os eletricitários estavam prestes a iniciar

o movimento paredista. Considerando a prorrogação do ACT uma sinalização de que de fato as negociações agora devem ocorrer, haja visto que a próxima rodada de negociações também já foi marcada, o Coletivo Nacional dos Eletricistas – CNE encaminhou a suspensão da paralisação nas assembleias, no entanto está muito claro que a saída da Eletrobras da posição de inércia só ocorreu devido à pressão dos trabalhadores. Por isso continua sendo fundamental que todos se mantenham mobilizados. A data base dos eletricitários pelo termo de prorrogação fica estendida para 30 de maio e será necessário continuar pressionando caso o processo negocial não avance.

Nenhum Direito a Menos! Energia Não é Mercadoria!



Linha Viva é uma publicação da Intercel
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)
Conselho Editorial: Mario Jorge Maia
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

TRIBUNA LIVRE

DISCURSO NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO SENADO

por Cecy Marimon Gonçalves

Excentíssimos senhores peço licença para cumprimentar a todas as mulheres que lutam. Agradecer o convite de estar aqui, na Casa do Povo, para trazer, nesta audiência da Comissão de Direitos Humanos, a voz de uma sindicalista, mulher, mãe, avó, educadora, eletricitária e lutadora pelos direitos sociais, para dizer da minha preocupação com o espaço desigual de disputa, com a correlação de forças injusta que se exacerba, neste momento da vida do país.

Homenagear, neste momento, a memória de Marielle Franco, liderança da periferia do Rio de Janeiro, vereadora, negra, ativista dos direitos humanos, defensora das questões de gênero, assassinada ontem em mais um ataque sórdido e cruel contra uma mulher e, mais, contra tudo que essa jovem mulher representava. Falar da importância da unidade de luta contra a ditadura que se estabelece. Uma ditadura que não mais usa apenas farda. Uma ditadura que agora usa microfone e, por vezes, veste toga. A partir da mudança do cenário político e econômico que se estabelece em 2015, fica cada vez mais evidente o rompimento do pacto democrático. Hoje estamos todos ameaçados. Sindicatistas, advogados sindicais, trabalhadores, minorias, até políticos, enfim, o conjunto da população está sob ataque.

Como afirmam mais de 600 juristas na “Carta aos Juristas do Mundo”, é preciso “prestar atenção para o que ocorre atualmente no Brasil, que terá reflexos na fragilização política e institucional de todas as jovens democracias latino-americanas”, considerando que o “Estado de Direito em nosso país está sendo corroído depois do Golpe (...) que sufocou a força normativa da Constituição e, de mãos dadas com uma mídia oligopolizada, naturalizou a “exceção”, com recorrentes violações a princípios e normas constitucionais que caracterizam e sustentam uma saudável vida democrática.”

O desmonte do Estado que caracteriza o governo instituído a partir da Ponte para o Futuro, que tem se demonstrado muito mais uma Pinguela para o Passado, vem produzindo e produzirá, pelos próximos vinte anos, uma deterioração nos direitos mínimos que o povo brasileiro vinha usufruindo. Este projeto de Estado Mínimo, recuperando o discurso vigente na década de 90 do século passado, vem atacando, além dos direitos individuais e coletivos, a soberania nacional, basta ver o processo de entrega do patrimônio público que se desenha, no projeto de faturamento e entrega da Petrobras e nossa maior riqueza, que é o pré-sal, bem como no projeto de privatização da Eletrobras que atende a 40% da geração e a quase metade da transmissão, além de oferecer ampla malha de fibra ótica, por meio de suas subsidiárias, como por exemplo Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul. A entrega da Eletrobras ao capital internacional, notadamente às estatais estrangeiras que neste momento se posicionam como compradoras desses ativos, significará entregar a gestão não só da energia, como da biodiversidade, das bacias hidrográficas e das telecomunicações a nações estrangeiras, num retrocesso que beira ao retorno do Brasil à condição de Colônia.

Esse desmonte, que começa pelo enfraquecimento dos trabalhadores e de suas representações sindicais, configura um ataque ao incipiente padrão civilizatório que a maioria da população deste país conquistou nos últimos anos, em especial após o advento da constituição cidadã. Notadamente, após os governos democráticos e populares que permitiram a retirada do país do mapa da fome no mundo e ofereceram a expressiva parcela da população as condições mínimas de avanço social, o ingresso com maior qualidade no mundo do trabalho, a partir da melhoria das condições de acesso dos jovens da classe trabalhadora à educação de nível técnico e superior.

No entanto, excelências, o que se observa no final desta segunda década do século XXI, é um retrocesso econômico, político, jurídico e social, que se traduz no reposicionamento negativo do país no contexto mundial e que nos faz refletir sobre o papel do parlamento, da sociedade e das entidades representativas da classe trabalhadora na superação dessa condição de desumanidade que vem se estabelecendo. Desde os anos 2000 não se via tamanho ataque à classe trabalhadora. É preciso compreender a estreita relação existente entre sindicato e defesa de direitos e reconhecer os sindicatos como fonte primária da legislação trabalhista, pela via da negociação.

Quem sustenta a defesa dos direitos, quem apoia o desenvolvimento jurídico é o fortalecimento da ação sindical. Uma estrutura sindical forte, com ênfase ao atendimento coletivo das necessidades humanas, tem papel importantíssimo, não só como fonte do direito do trabalho, mas como elemento de fiscalização do cumprimento dessa legislação.

Dentro do processo de desmonte do Estado, deve ser dada especial atenção aos ataques à legislação previdenciária e à legislação trabalhista. A problemática da liberação da terceirização ampla e irrestrita, inclusive na atividade fim, longe de resolver o problema do desemprego no país, como anunciaram alguns de seus defensores, vem se traduzir na precarização do trabalho. O papel da terceirização no enfraquecimento da organização sindical é fundamental, pois vem a consolidar o ataque aos direitos dos trabalhadores. No entanto, necessário se faz a reestruturação das forças dos trabalhadores, a integração com os trabalhadores terceirizados numa perspectiva de classe e de defesa dos direitos dessa classe. Compreendendo a clara intenção de causar cisão entre os trabalhadores, afirmamos: Não nos dividirão! Ora, se sindicato forte é condição para o direito forte, enfraquecer os sindicatos é enfraquecer o exercício dos direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores desde a revolução industrial. Então, ao defender o direito de um trabalhador, está-se fazendo uma defesa da coletividade, pois ao defender um trabalhador sindicalizado, está se defendendo o coletivo dos trabalhadores. É neste espaço que a advocacia sindical estabelece seu protagonismo. É nesse espaço e nesse cenário que precisamos nos reorganizar.

O momento exige a unidade da classe trabalhadora. É em nome dessa necessária unidade que venho aqui hoje, em nome dos trabalhadores do setor elétrico. Consideramos que a irrenunciabilidade dos direitos dos trabalhadores como princípio, passa pela sua compreensão como sujeitos de uma sociedade que arduamente vem lutando, pela sua organização, para garantir a melhoria das condições de vida e de trabalho, para garantir a humanização de cada um e cada uma. Sendo assim, defender os direitos básicos apontados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma senhora de mais de 70 anos que permanece extremamente atual e defender os direitos e garantias individuais expressos na Constituição Cidadã, se constituem como trincheiras fundamentais para que tenhamos, amanhã, daqui a dez ou quinze anos, a tranquilidade de dizer que vivemos este momento histórico e como humanos e como representantes legítimos de outros humanos na estrutura político-administrativa deste país e que cumprimos com nosso dever.

Neste estado de exceção que estamos vivendo, milhares de jovens, negros e mulheres são violentados e/ou assassinados anualmente neste país. Marielle Braga, junto com seu motorista, Anderson Pedro Gomes, foi executada, assassinada a tiros, após se posicionar contrariamente à intervenção militar no Rio de Janeiro e assumir, na câmara de vereadores, a relatoria da comissão sobre este tema, bem como após sua denúncia sobre os desmandos cometidos pelas forças do Estado contra comunidades pobres na favela do Acari. É para que mais Marielles e Andersons não precisem morrer que precisamos agir. Agir para construir a unidade dos trabalhadores e da sociedade na luta contra o estado de exceção. Marielle e Anderson, presentes!

Discurso adaptado, realizado por Cecy Marimon Gonçalves, representando a Intersul em Audiência da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. O vídeo pode ser assistido no link <http://m.youtube.com/watch?v=wpL1UjY0B4>

Mais amor e mais

POESIA

Para marcar o dia mundial da poesia e da árvore/floresta o poeta Dinivaldo Gilioli, da capital catarinense, escolheu uma forma inusitada. Neste dia 21 de março Dino esteve na UFSC (bairro Trindade - Florianópolis), pela manhã, fazendo uma intervenção literária e oferecendo gratuitamente 50 (cinquenta) exemplares de seu livro "Cem poemas" (publicado pela Edufsc).

Os livros foram expostos, feitos frutos a serem colhidos por quem desejar. Em cinco árvores próximas a Reitoria, Biblioteca Central, Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e Restaurante Universitário (RU) os "frutos poéticos" puderam ser apanhados e saboreados.

Com essa atividade, o poeta buscou chamar a atenção para a preservação da natureza e defender que a mesma deve estar a serviço da humanidade e não do lucro. Dino acredita que a arte poética pode contribuir para despertar a sensibilidade e estimular o senso crítico e a criatividade; na perspectiva do diálogo e da busca de uma vida mais digna, sem violência e sem ódio.

